

Artigo Teórico-empírico

Processo de (Re)Organização do Trabalho Produtivo e Reprodutivo de Mulheres na Confecção



Process of (Re)Organization of Productive and Reproductive Work of Women in Confection

Denise Clementino de Souza*^{1,2}
Mariana Patrícia Lima¹
Cristiane Ana da Silva Lima¹

RESUMO

Objetivo: o artigo analisou como as mulheres proprietárias de negócio de confecção no agreste pernambucano (re)organizaram seu trabalho produtivo e reprodutivo no espaço privado de suas casas levando em consideração as relações de gênero. **Marco teórico:** embasa-se na discussão sobre divisão sexual do trabalho, dinâmica de conciliação entre espaço público e privado, tripla jornada e inserção da mulher no mercado laboral, a partir das problemáticas enfrentadas por elas. **Método:** utilizou-se da abordagem qualitativa do tipo descritiva, com realização de 23 entrevistas semiestruturadas. **Resultados:** os achados apontam que ter seu próprio negócio em casa acarreta uma falsa impressão de flexibilidade para as mulheres; a rotina laboral das proprietárias é exaustiva e com acúmulo das atividades produtiva e reprodutiva imbricadas no mesmo espaço, gerando tripla jornada e condições precárias de trabalho; a emancipação financeira das mulheres que atuam na confecção ocorre a partir da (re)organização das suas funções no próprio ambiente privado do lar, divergindo da literatura que relaciona sua autonomia ao ingresso no ambiente público do mercado laboral; e a informalidade, típica da região, favorece a entrada das entrevistadas no setor de confecções, mas as priva de acesso à seguridade social. **Conclusões:** as contribuições teóricas revelam que as mulheres não precisam, necessariamente, sair do espaço privado para adentrar o mundo laboral produtivo e alcançar certa emancipação, pois conseguem fazer isso a partir da (re)organização do trabalho produtivo no próprio ambiente do lar.

Palavras-chave: gênero; divisão sexual do trabalho; processos organizacionais; confecção.

* Autora Correspondente.

1. Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Gestão, Inovação e Consumo, Caruaru, PE, Brasil.
2. Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Hotelaria e Turismo, Recife, PE, Brasil.

Como citar: Souza, D. C., Lima, M. P., & Lima, C. A. S. (2023). Processo de (re)organização do trabalho produtivo e reprodutivo de mulheres na confecção. *Revista de Administração Contemporânea*, 27(5), e220292. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2023220292>

Publicado em **Early Access**: 06 de setembro, 2023.
Designado a essa edição: 21 de setembro, 2023.

de revisores convidados até a decisão:

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1ª rodada	(X)			(X)					
2ª rodada									

ABSTRACT

Objective: this article analyzed how women who own a clothing business in the Agreste region of Pernambuco (re)organized their productive and reproductive work in the private space of their homes, taking into account gender relations. **Theoretical framework:** it is based on the discussion about the sexual division of labor, the dynamics of conciliation between public and private spaces, the triple shift, and the insertion of women in the labor market, based on the problems they face. **Method:** a qualitative descriptive approach was used, with 23 semi-structured interviews. **Results:** findings point out that having their own business at home generates a false impression of flexibility for women; the owners' work routine is exhaustive and with the accumulation of productive and reproductive activity intertwined in the same space, generating triple shifts and precarious working conditions; the financial emancipation of women who work in clothing occurs from the (re)organization of their functions in the private environment of the home, diverging from the literature that relates their autonomy to entering the public environment of the labor market; and informality, typical of the region, favors the entry of the interviewees into the clothing sector, but deprives them of access to social security. **Conclusion:** the theoretical contributions reveal that women do not necessarily need to leave the private space to enter the productive work world and achieve a certain emancipation, as they manage to do this from the (re)organization of productive work in the home environment itself.

Keywords: gender; sexual division of labor; organizational processes; confection.

Classificação JEL: M1.

Editor-chefe: Marcelo de Souza Bispo (Universidade Federal do Paraíba, PPGA, Brasil)

Editoras Convidadas: Ludmila de V. M. Guimarães (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil)

Deidi Maca (Universidad Santiago de Cali, Colômbia)

Josiane Silva de Oliveira (Universidade Federal de Goiás, Brasil)

Janaynna de Moura Ferraz (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil)

Luiza Farnese Lana Sarayed-Din (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Andrea Poleto Olttramari (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil; Universidade de Lisboa, SOCIUS, Portugal)

Parceiristas: Adrienne Paula Vieira de Andrade (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil)

Aline Francilurdes Nery do Vale (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil)

Uma revisora não autorizou a divulgação de sua identidade.

Relatório de Revisão por Pares: A disponibilização do Relatório de Revisão por Pares não foi autorizada pelas revisoras.

Recebido: 30/11/2022

Última versão recebida em: 18/08/2023

Aceite em: 22/08/2023

INTRODUÇÃO

Na década de 1970 houve um aumento da função remunerada das mulheres em nível mundial que se fez presente tanto nas áreas formais quanto nas informais da economia (Bruschini, 2007). Entre 2014 e 2019, a representatividade feminina no mercado de trabalho cresceu de forma contínua (Conjuntura Econômica, 2022), contudo, apresenta-se acompanhada da precarização, vulnerabilidade, desigualdades de salários, condições insalubres e exposição da saúde da mulher, além da manutenção da divisão sexual do trabalho (Hirata, 2002).

No Brasil, a inserção das mulheres no mercado laboral também é marcada por grandes desigualdades (Hirata & Kergoat, 2007). Mesmo com algumas ocupando cargos de diretoria, chefia, supervisão, gerência e coordenação, a desigualdade de gênero ainda é percebida, pois a maioria permanece recebendo menores salários. Dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2017, por exemplo, apontam que a remuneração dessas trabalhadoras representou 69,8% do salário dos homens que ocuparam as mesmas funções (Ministério da Economia, 2019).

Lodi (2006) afirma que mesmo enfrentando dificuldades históricas para ingressar no mercado de trabalho, as mulheres conseguiram romper com o isolamento que existia entre o lar (espaço privado) e o espaço público. Este direito social de participação nas atividades produtivas requisitado pelas mulheres e com base em suas lutas, embora facilitado devido aos interesses do capitalismo, foi uma conquista feminina.

Porém, as desigualdades não estão restritas ao espaço público, mas também acompanham as mulheres em seu espaço privado, deixando-as sobrecarregadas e em condição de desvantagem nos dois ambientes. No espaço privado a mulher é praticamente a única responsável pelas tarefas domésticas, como cuidado com a casa, os(as) filhos(as), os(as) mais velhos(as), a saúde da família, entre outros, ficando os homens fora do compartilhamento dessas funções. Participando ou não ativamente do mercado de trabalho, as tarefas domésticas realizadas pelas mulheres são indispensáveis para a sobrevivência e o bem-estar dos indivíduos, entretanto, ainda são desvalorizadas e desconsideradas em estatísticas que as classificam como 'inativas' (Lodi, 2006).

Nessa linha, Talavera (2020) retrata a rotina das mulheres em três jornadas de trabalho: a primeira, a qual inicia-se ao raiar do dia com os afazeres da casa e cuidado com os filhos; é interrompida para que se dê espaço à sua segunda jornada de trabalho, a qual ocorre no espaço público com as atividades produtivas; e finaliza com a terceira, que se trata de uma continuidade da primeira. Essa sequência narrada é muito comum na vida da mulher brasileira,

porém observamos na região do agreste pernambucano de confecções que existe um outro modo organizativo do trabalho feminino, no qual as mulheres lutam pela sua emancipação ao se (re)organizarem no próprio espaço privado, incorporando em apenas um local sua residência, as atividades produtivas e reprodutivas.

A produção de confecção no agreste pernambucano tem como principais características a base familiar, a forte presença de mão de obra feminina (Prefeitura de Caruaru et al., 2015), a baixa escolaridade dos(as) trabalhadores(as) e o aprendizado construído na prática (Martins et al., 2020; Souza et al., 2020). Comumente, as facções, unidades de trabalho contratadas pelas fábricas, e os fabricos, núcleos produtivos domésticos informais, utilizados para a execução de etapas do processo produtivo como corte e costura, funcionam dentro da área da residência das famílias.

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a mulher brasileira trabalha em torno de 58 horas semanais. São cinco horas a mais que os homens. A grande maioria das costureiras de facção no agreste pernambucano trabalha entre 10 e 19 horas por dia (Prefeitura de Caruaru et al., 2015).

No entanto, para estas profissionais da confecção, a prática relacionada à fabricação em domicílio se tornou uma oportunidade para conciliar as atividades produtivas e reprodutivas, sendo esse, talvez, um dos motivos de ter se tornado uma atividade predominantemente feminina, mesmo que recebam pouco, atuem na informalidade, abram mão de seus direitos trabalhistas e precisem conciliar esta atividade laboral com os trabalhos domiciliares (Bezerra, 2011). Ou seja, estamos diante de um novo cenário, onde a primeira, a segunda e a terceira jornada de trabalho se misturam, sobrecarregando ainda mais estas mulheres e acentuando a desigualdade de gênero.

Por um lado, observa-se a preponderância da mão de obra feminina no trabalho da confecção; por outro, pouco se tem analisado a mulher nesse contexto. Foram encontrados apenas dois estudos envolvendo força de trabalho, desigualdade ou precariedade laboral das mulheres costureiras no agreste pernambucano nos últimos anos (Bezerra et al., 2020; Milanês, 2020).

Nota-se, ainda, uma carência de dados que apontem o quantitativo de mulheres que atuam na confecção, especialmente as informais. Sabe-se, meramente, que em 2008 cerca de 16.228 trabalhadores(as) formais operavam nesse segmento na região (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [Dieese], 2010), número baixo devido ao fato de a maioria atuar no mercado informal. Além disso, 107 mil pessoas, incluindo aqui homens e mulheres, exerciam ocupações no setor de confecções em 2012 (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas

Empresas [Sebrae], 2013). Observa-se então um hiato de mais de 10 anos de pesquisas, que dificulta a visibilidade em termos numéricos do trabalho feminino na localidade.

Desse modo, o interesse pela categoria gênero assinala, segundo **Scott (1995)**, um envolvimento com uma história que inclui as narrativas dos(as) oprimidos(as) e uma análise do sentido e da natureza de sua opressão, além de uma compreensão da desigualdade de poder, pois mesmo sabendo que as mulheres participaram de pequenos e grandes eventos da humanidade, permanecem invisíveis como sujeitos históricos. Sendo assim, ressaltar sua participação na construção social ajuda a diminuir esta invisibilidade nas organizações. Além disso, considerando os padrões estruturais de desigualdades entre homens e mulheres, este estudo está alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos na assembleia geral da Organização das Nações Unidas, cujo quinto propósito se refere a “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (**Organização das Nações Unidas [ONU], 2015, p. 1**).

A partir do exposto, este artigo visa a analisar como as mulheres proprietárias de negócio de confecção no agreste pernambucano (re)organizaram seu trabalho produtivo e reprodutivo no espaço privado de suas casas levando em consideração as relações de gênero.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A divisão sexual do trabalho e a ocupação da mulher nos espaços público e privado

Para **Araújo et al. (2004)**, “nas sociedades igualitárias, ditas ‘primitivas’, nas quais não havia a divisão de classes, as relações de gênero eram a base da organização da sociedade e da divisão social do trabalho” (**Araújo et al, 2004, p. 3**). Na contemporaneidade, essas relações de classe e de gênero encontram-se como estruturantes sociais e se superpõem. Isso pode ser percebido na divisão sexual do trabalho, a qual diz respeito à forma de separação do trabalho decorrente das relações sociais entre homens e mulheres.

Nessa linha, os movimentos feministas desnaturalizam as diversas opressões a que as mulheres eram expostas e denunciam as desigualdades sociais, evidenciando a forma como elas eram vistas na sociedade, ou seja, como ‘escravas’ ou primeira propriedade do homem (**Cisne, 2005**). O feminismo marxista parte do princípio materialista da dialética, explorando questões relacionadas a conexões entre produção e reprodução social, divisão social e sexual do trabalho, relações de gênero e de classe social, buscando evidenciar a mulher como sujeito crítico e transformador (**Santos & Nóbrega, 2004**), lembrando que as desigualdades

de gênero ainda persistirão, caso não ocorram mudanças estruturais (**Calás & Smircich, 2010**).

Assim, a luta do movimento feminista está pautada na baixa participação da mulher no mercado de trabalho, influenciada pelo sistema de opressão capitalista que favorece o cenário de desigualdade. Com isso, o presente artigo vincula-se a tal corrente na medida em que evidencia as relações de trabalho levando em consideração a problemática de gênero na confecção do agreste pernambucano.

Tais configurações históricas se moldam a cada sociedade e têm como característica principal o direcionamento prioritário dos homens à esfera produtiva, por exemplo, quando são destinados à indústria, empreendimentos, forças armadas e política; e das mulheres à esfera reprodutiva, isto é, atividades como o cuidado dos filhos, família e tarefas domésticas. Dessa forma, os homens se apropriam dos cargos considerados com maior valor social, restando às mulheres funções de menor reconhecimento (**Hirata & Kergoat, 2007**). Nesse caso, tanto homens quanto mulheres estavam historicamente concentrados em diferentes tipos de relações sociais (**Vale et al., 2011**).

Voltando-se para a confecção no agreste pernambucano, evidencia-se, por um lado, a divisão sexual do trabalho na costura, onde os conhecimentos da função são naturalmente associados às mulheres, desde a infância ou adolescência. Por outro, notam-se avanços com a entrada das mulheres no mercado laboral na região (**Bezerra et al., 2020**). No entanto, ressalta-se a apropriação dos homens no trabalho da confecção quando o mercado se torna competitivo e proporciona ganhos financeiros. Porém, tal mudança não adentra o ambiente doméstico com o compartilhamento, entre homens e mulheres, das tarefas ditas femininas, como cozinhar, limpar e cuidar das crianças e idosos. **Guiraldelli (2012)** aponta, ainda, que a ocupação de costureira, associada à divisão sexual do trabalho, marca os diferentes espaços e posições existentes na sociedade diante das figuras masculina e feminina, na qual revelam-se as precariedades do trabalho englobando desde a baixa remuneração até o status.

Nessa linha, **Scott (2005)** explica que as circunstâncias, ou características específicas de uma minoria, terminam por justificar, legitimar e racionalizar uma exclusão ou tratamento desigual dado a um determinado grupo. No caso das mulheres, a maternidade, atribuição exclusivamente feminina, termina por servir como uma resposta pronta para a maioria (homens), sendo o motivo ‘lógico’ no sentido de realizar a restrição do sexo feminino na atuação de atividades ligadas ao espaço público, e, assim, esse processo de exclusões termina encontrando uma justificativa, ‘plausível’ e ‘incontestável’.

Embora, ao longo da história, as mulheres sempre atuassem no espaço privado ou público, em tempo algum tiveram seu trabalho visibilizado (Perrot, 2007). Em geral, sua atividade laboral é sempre tida como uma ajuda, considerada subsidiária ou complementar, mesmo quando exerce função de provedora familiar. Pois espera-se que o homem seja o mantenedor da família, delegando-se à mulher o papel de mãe e dona de casa (Albuquerque & Menezes, 2007).

A inserção da mulher no mercado de trabalho, mesmo que por vias transversas, contribuiu significativamente com avanços para sua emancipação (Reis & Freitas, 2016), sendo fatores importantes para essa realidade a “eclosão de movimentos feministas ao longo do século XX e, mais precisamente, o desenvolvimento de trabalhos sobre gênero na década de setenta, combatendo a invisibilidade da mulher na história da humanidade” (Macedo et al., 2012, p. 220). Na visão de Abreu e Sorj (1993), a maioria delas precisava sair de casa e deixar o espaço privado rumo ao espaço público, ocupando-se em uma função no mercado, para que, assim, pudesse conquistar sua independência, “tornando-se presente no mercado de trabalho, nas representações políticas e sociais” (Macedo et al., 2012, p. 220).

Este processo também contribuiu para que as mulheres conquistassem um espaço antes majoritariamente masculino (Reis & Freitas, 2016). No entanto, esta conquista também trouxe um acúmulo das funções, referindo-se à produção social (no espaço público) e às tarefas de reprodução social (no espaço privado). Assim, um novo cenário surge, no qual as mulheres passaram a ser duplamente exploradas, assumindo uma tripla jornada de trabalho, como já explicado anteriormente (Furno, 2015), que as leva à exaustão em todos os seus níveis: físico, emocional ou mental.

Outra questão é a forte distinção no modo como os homens e as mulheres relacionam as esferas profissional e familiar. Enquanto os homens as veem como esferas isoladas, as mulheres são levadas a entendê-las como únicas. Enquanto, para os homens, conviver com os espaços público e privado não é considerado um obstáculo, para as mulheres, significa enfrentar grandes problemas no esforço frequente de uni-las (Lipovetsky, 2000).

Uma consequência da dupla ou tripla jornada é que as mulheres são condicionadas a moldarem seus objetivos profissionais conforme as limitações que lhes foram impostas em seu ambiente privado, como, por exemplo, a chegada dos(as) filhos(as) (Figueiredo & Zanella, 2008). Na prática, ambos os papéis que a mulher assume perante a sociedade são complexos e influenciam as decisões sobre a sua realização profissional. Por muitas vezes, o trabalho reprodutivo ganha uma posição de maior importância em prol da integração do grupo familiar, sacrificando sua ocupação no mercado,

criando uma hierarquia quando deveria haver uma igualdade (Saffioti, 1976).

Carloto (2002) chama atenção ao fato das consequências em torno da maternidade ainda terem influência na forma como a mulher se coloca no mercado de trabalho, refletindo tanto no tipo de oportunidades quanto no acesso e nas condições de emprego. As estruturas sociais direcionam as mulheres à constante necessidade de articular os papéis familiares e profissionais, limitando sua disponibilidade e qualificações para o trabalho. Além de que, para tornar possível sua atuação no setor econômico produtivo, a mulher precisa realizar complexas combinações de características pessoais e arranjos no âmbito doméstico.

Gomes (2004) aponta que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para atuarem no espaço público e privado as levaram a trabalhar por conta própria, não sendo, portanto, coincidência que as mulheres representem 70% dos(as) autônomos(as) na atualidade (Global Entrepreneurship Monitor [GEM], 2020).

Ou seja, elas não buscam somente se colocar no mercado de trabalho por meio de um emprego formal, mas também como ‘empreendedoras’ (Gomes, 2004). Entre as atividades mais realizadas pelas mulheres nos últimos anos estão a confecção de peças de vestuário, o comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal, salão de beleza e serviços de alimentação (GEM, 2020). Para Prandi (1978), essas são atividades que possuem, muitas vezes, baixa qualificação profissional, sendo as prestações de serviço mais atrativas por não necessitarem de elevado capital para iniciar o empreendimento.

O trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres no agreste pernambucano de confecções

As relações de gênero sempre estiveram presentes desde o nascimento dos negócios de confecções no agreste pernambucano, tendo ligação com o trabalho doméstico das mulheres. A mão de obra feminina se encontra presente explícita não só na comercialização em feiras, mas também nas confecções das peças. Essa segunda atividade desempenhada no próprio domicílio, por sua vez, tornou-se muito comum entre as mulheres, por possibilitar uma maior facilidade em conciliá-la com as atividades do lar (Bezerra, 2012; Souza et al., 2019).

Segundo Abreu e Sorj (1993), as mulheres que atuam no trabalho produtivo no espaço do lar visam a cumprir com as suas tarefas domésticas, enquanto os homens que realizam trabalhos domiciliares buscam uma valorização financeira.

Essa ‘facilidade’ da manutenção de ambos os espaços fez com que o número de mulheres alocadas em unidades produtivas situadas em seus lares aumentasse de forma considerável, chegando a 84,1%, em 2008 — isso apenas no município de Toritama, que representa uma das três principais cidades que compõem o agreste pernambucano de confecções ([Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos \[Dieese\], 2010](#)).

[Nascimento e Souza \(2020\)](#) observaram uma maior adesão ao trabalho produtivo dentro do espaço doméstico, visto que, após realizar pesquisa com mulheres costureiras moradoras de Agrestina, cidade que também compõe o agreste pernambucano, descobriram que 50% das participantes estabeleceram os seus fabricos em suas casas e 30% moravam muito próximo destes. O motivo dessa logística era a maior ‘facilidade’ para conciliar o trabalho produtivo e o reprodutivo. Uma consequência é que a atividade de costura informal na região está cada vez mais ocupada pela figura feminina.

Com efeito, o trabalho em domicílio pode ser visto como o mais conciliável com as funções tradicionais impostas à mulher ([Carloto, 2002](#)), embora essa alternativa contribuísse para o acúmulo das tarefas. Esse modelo organizativo deriva do fato de muitas costureiras serem mães e esposas, causando um impedimento para que muitas delas atuem fora de casa, como nas fábricas em que há dias e horários fixos de trabalho.

É graças à costura que essas proprietárias de negócios conquistam não só uma renda, mas também o poder de compra e de administração das suas finanças. Desse modo, não precisam mais pedir dinheiro ou dar satisfação sobre quanto ganham ao seu cônjuge, tampouco onde empregarão sua remuneração. Isso significa que sua inserção no mercado laboral implica ganho de autonomia e visibilidade dentro da própria família ([Milanês, 2020](#)) e, conseqüentemente, na sociedade.

Desta maneira, observamos que as mulheres do agreste pernambucano de confecções criam seus negócios no espaço privado dos seus lares como uma forma de conciliar a atividade produtiva e a reprodutiva, garantindo seu ganho monetário sem perder de vista a integração no grupo familiar e buscando, assim, certa emancipação. Dirigem-se aos centros de compras, comumente seus pontos de venda na região, para comercialização das peças nos dias de feira, que acontece apenas uma vez por semana. Entender esse contexto e tal (re)organização do trabalho de forma detalhada, considerando também as relações de gênero, faz-se importante, como veremos na seção dos resultados deste artigo.

O agreste pernambucano das confecções e o Calçadão Miguel Arraes

A atividade produtiva de confecção no agreste pernambucano teve início na década de 1950, quando a produção algodoeira no Nordeste passava por uma crise, fazendo com que muitas famílias enfrentassem a extrema pobreza e péssimas condições de vida no campo e migrassem para as cidades em busca de emprego. Nesse período, as mulheres tiveram um importante papel, pois, a fim de prover o sustento da família, começaram a fabricar peças simples, com retalhos trazidos de São Paulo e Recife, para vender nas feiras da região ([Bezerra, 2011](#)).

Com o passar dos anos, a produção foi ganhando importância no comércio e sendo vendida em outras cidades da redondeza, os negócios foram sendo ampliados e surgiram os fabricos e as fações. Nos anos 1990, começou um movimento para modernização das feiras livres, causando o surgimento de grandes centros de compra que ofereciam uma estrutura mais adequada ao comércio e a atividade de confecção se consolidou no interior do estado de Pernambuco. Atualmente, abrange mais de 10 cidades da região, sendo as principais Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe ([Souza et al., 2020](#)). Naquele contexto, surge na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, em 2006, o Moda Center Santa Cruz. Contudo, sua estrutura não beneficiou os(as) comerciantes e os(as) confeccionistas integralmente, pois nem todos(as) tiveram condições financeiras de adquirir um box ou loja no local. Tal fator foi determinante para as pessoas de menor poder aquisitivo se alocarem em seus arredores, formando a popularmente conhecida ‘Feira do Poeirão’.

Esse nome refletia a realidade vivida pelos(as) trabalhadores(as) da feira livre, que sofriam com a lama nos períodos de grandes chuvas, enfrentavam precárias condições de higiene, altos riscos com as fiações expostas e ausência de banheiros ([Queiroz, 2016](#)). Diante dessas condições, a prefeitura, em parceria com o governo do estado, construiu um novo espaço, a fim de melhorar as condições de trabalho dos(as) comerciantes locais.

Fruto da pressão social, ocorreu então, em 2014, a inauguração do Calçadão Miguel Arraes, entregue de forma gratuita a cerca de 4 mil famílias confeccionistas, espaço no qual este estudo foi realizado. O empreendimento possui uma área coberta de mais de 25 mil metros quadrados, dividida em três módulos com 3.480 boxes, 62 lojas, 48 banheiros, 48 pontos na praça de alimentação, iluminação e área de estacionamento de 7.800 m². Os(as) proprietários(as) de negócio neste estabelecimento são caracterizados(as) como mão de obra desqualificada, de baixa escolaridade e, em sua maioria, estão inseridos(as) no setor informal da economia ([Queiroz, 2016](#)).

Este setor informal é caracterizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como unidade econômica com pequena escala de produção, baixo uso de procedimentos técnicos, pouca separação entre capital e trabalho. Outra característica dessas unidades produtivas é sua baixa capacidade de acumulação de capital, proporcionando empregos precários e baixa renda (Milhomem, 2003).

Devido aos inúmeros obstáculos tradicionalmente enfrentados pelas mulheres no mercado laboral formal, o trabalho por conta própria, em maior parte informal, torna-se comum. Trata-se de um meio utilizado por elas para serem inseridas no setor produtivo, tornando-se não só trabalhadoras operacionais, mas também gestoras e empregadoras, contribuindo para o desenvolvimento econômico da região (Gomes, 2004).

Somam-se a isso os impactos sofridos pelas mulheres do agreste pernambucano das confecções quanto às desigualdades de gênero, como a divisão sexual do trabalho, que dificultam o processo de ocupação de cargos remunerados no espaço público. Deste modo, elas buscam uma nova alternativa para realizar seu trabalho e conquistar a emancipação financeira.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo utilizou uma abordagem qualitativa do tipo descritiva. Segundo Minayo et al. (2011), a pesquisa qualitativa é importante para compreender as relações que ocorrem entre atores sociais tanto no âmbito das instituições quanto nas representações de determinado grupo sobre temas específicos. A categoria descritiva é utilizada pelo uso da análise ‘em profundidade’, que permite caracterizar, classificar e interpretar melhor o fenômeno analisado em campo.

A coleta das informações foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas (Creswell & Creswell, 2021), com 23 mulheres proprietárias de negócios de confecções que atuam no Calçadão Miguel Arraes, grande centro de compras localizado na cidade de Santa Cruz do Capibaribe-PE. As entrevistas foram realizadas no próprio empreendimento, de forma presencial, por um grupo composto por cinco pesquisadores(as), em uma segunda-feira do mês de abril de 2019, dia da semana em que acontecem as vendas e durante o seu período de trabalho, nos turnos matutino e vespertino. Essa foi uma limitação da pesquisa, pois algumas mulheres não conseguiram dedicar seu tempo exclusivamente para a entrevista e seguiam respondendo às perguntas enquanto organizavam mercadorias ou realizavam pausa para atendimento ao cliente. Com isso, precisamos de mais tempo para conclusão de algumas entrevistas.

As proprietárias foram selecionadas de forma aleatória e a partir de sua disponibilidade em participar da pesquisa. O critério adotado para encerramento da coleta foi a repetição das informações nos depoimentos, caracterizando uma confiança empírica de saturação dos achados (Creswell & Creswell, 2021; Glaser & Strauss, 2017). Utilizou-se um aplicativo de gravador de voz para registro das respostas, que foram manualmente transcritas.

A pesquisa seguiu padrões éticos e foi realizada com base no inciso VII, “pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito”, da resolução 510 do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) (Brasil, 2016). Todas as participantes receberam informações sobre o propósito do estudo, que se tratava de participação voluntária e com garantia de desistência em qualquer momento, sem prejuízo para elas. Além disso, o consentimento das participantes foi registrado por meio de gravação de voz, antes de ser iniciada a entrevista. O anonimato foi garantido com a criação de códigos M1, M2, M3 atribuídos aos seus nomes na seção de análise dos resultados.

O roteiro de entrevista foi elaborado com base na revisão teórica presente no artigo, buscando atingir o objetivo proposto. Dessa forma, foi estruturado em três temas: perfil sociodemográfico das entrevistadas e seus negócios; trabalho no espaço público e privado; e desigualdade de gênero em ambos os espaços.

Os achados foram tratados a partir da técnica de análise narrativa, por promover um diálogo entre múltiplas áreas do saber e permitir que o(a) pesquisador(a) possa direcionar seu olhar para as falas (Butler, 1990). É possível compreender o fenômeno por meio das histórias dos(as) atores(atrizes) envolvidos(as), as quais não podem ser desassociadas de suas vidas profissionais (Clandinin & Connelly, 2004). “As pessoas, por natureza, levam vidas contadas e contam histórias dessas vidas, enquanto os(as) pesquisadores(as) narrativos(as) descrevem tais vidas, coletam e contam suas histórias, além de escrever narrativas de experiências” (Connelly & Clandinin, 1995, p. 2).

Assim, seguimos o caminho analítico de Czarniawska (2000) que é dividido em três fases: (1) explicação, na qual observamos como as histórias estavam sendo feitas; (2) explanação, na qual interpretamos, analisamos e desconstruímos as histórias; e (3) exploração, na qual montamos a narrativa mediante a história. Em cada passo, foram escolhidos os trechos mais significativos das histórias, associados a códigos atribuídos aos temas da estrutura e, de posse dessa seleção, realizamos a discussão do conteúdo.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Perfil das entrevistadas e seus negócios

As pesquisadas apresentaram idades entre 25 e 64 anos, sendo a maioria casada ou em união estável, quantitativo que representa 16 das 23 proprietárias de negócio. Todas as participantes tinham filhos(as) com idade entre oito meses e 41 anos, sendo que 13 delas possuíam filhos(as) ainda criança.

A escolaridade das proprietárias de negócio é baixa, sendo que 12 possuem apenas o ensino fundamental incompleto, uma tem ensino fundamental completo, três possuem o ensino médio incompleto, seis conseguiram concluir o ensino médio e uma não possui qualquer escolaridade, conforme Tabela 1.

Tabela 1. Perfil sociodemográfico das proprietárias.

Perfil sociodemográfico	Quantidade
Painel A: Faixa etária	
Até 25 anos	1
26 a 33 anos	5
34 a 41 anos	5
42 a 49 anos	5
50 a 57 anos	3
58 a 64 anos	4
Total	23
Painel B: Estado civil	
Solteira	4
Casada	15
União estável	1
Viúva	1
Divorciada	2
Total	23
Painel C: Escolaridade	
Sem escolaridade	1
Fundamental incompleto	12
Fundamental completo	1
Médio incompleto	3
Médio completo	6
Total	23
Painel D: Filhos(as)	
Nenhum	
Um ou dois	14
Três ou mais	9
Total	23

Nota. A coluna Quantidade diz respeito à quantidade entre as entrevistadas. Fonte: Elaborado pelas autoras.

Quanto à origem, 12 mulheres moram e possuem seus fabricos em Santa Cruz do Capibaribe, existindo negociantes de outras cidades da região, como Brejo da

Madre de Deus, Caruaru, Jataúba, Pão de Açúcar, Surubim, Toritama e áreas rurais como o sítio Tabó localizados em Pernambuco; e Campina Grande, município do estado da Paraíba.

A maioria atua há mais de 10 anos na confecção, possuindo a de menor tempo dois meses no setor e a de maior tempo 30 anos. Os produtos vendidos são diversos, dentre eles estão moda feminina, masculina e infantil, praia e *fitness*, além de artigos para cama, mesa e banho. Das 23 participantes, 20 são responsáveis pela fabricação e venda das peças, as demais trabalham apenas com a venda dos produtos.

Embora a formalização dos negócios proporcione o acesso aos diversos direitos concedidos pelo governo, como emissão de nota fiscal, benefícios trabalhistas e linhas de créditos com juros menores para ampliação dos negócios (Wissmann, 2021), nota-se que 14 entrevistadas não possuem Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), uma das características para formalização, e das nove que possuem CNPJ, cinco são microempreendedoras individuais (MEI), como aponta a Tabela 2.

Tabela 2. Perfil do negócio.

Perfil do negócio	Quantidade
Painel A: Tempo no negócio	
Até 1 ano	2
Acima de 1 a 5 anos	6
Acima de 5 a 10 anos	8
Acima de 10 anos	7
Total	23
Painel B: Regulamentação do negócio	
Com CNPJ	9
Sem CNPJ	14
Total	23
Painel C: Cidade do fabrico	
Brejo da Madre de Deus (PE)	1
Caruaru (PE)	2
Campina Grande (PB)	1
Jataúba (PE)	2
Pão de Açúcar (PE)	1
Santa Cruz do Capibaribe (PE)	13
Sítio Tabó (PE)	1
Surumbi (PE)	1
Toritama (PE)	1
Total	23

Nota. A coluna Quantidade diz respeito à quantidade entre as entrevistadas. Pernambuco (PE), Paraíba (PB) e Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Dos nove negócios que possuem CNPJ, cinco são microempreendedoras individuais (MEI). Fonte: Elaborado pelas autoras.

Somam-se à falta de regulamentação outros parâmetros da informalidade que também se fazem

presentes nos negócios estudados, como: a forma de organização da produção, que envolve uma pequena escala; uso de tecnologias simples; atuação típica em mercados competitivos, como o da confecção, moda e vestuário; e supressão de vínculo empregatício formalizado dos sujeitos, destacando-se a mão de obra familiar (Fauré, 2007; Neri, 2005).

Outro quesito do setor informal é a concentração das funções de gestão e produção e papéis de patrões(as) e empregados(as) em uma única pessoa, descartando a contratação de funcionários(as), visto que o trabalho informal é associado muitas vezes a um autoemprego, que permite a geração de renda através do trabalho por conta própria (Dornelas, 2008). Com essa compreensão, as pessoas tratam seus negócios como algo individual, visando à sua manutenção econômica em detrimento de aspirar pelo crescimento como empresa, não se preocupando, assim, em formalizá-la. Aproxima-se ao que Carrieri et al. (2014) apontam como gestão ordinária, na qual pessoas comuns gerenciam seus próprios negócios. As rotinas organizacionais são construídas no cotidiano dos pequenos empreendimentos com o apoio e participação dos membros da família.

(Re)organização do trabalho a partir da imbricação dos espaços público e privado

A rotina dessas mulheres é formada por uma lista extensa de atividades ligadas ao seu negócio, as quais englobam desde a compra de matéria-prima, produção das peças, pagamento de fornecedores, até a venda dos produtos que acontece uma vez por semana no Calçadão Miguel Arraes. Tal processo de confecção das peças é realizado nos fabricos e facções, localizados, em sua maioria, nas casas das entrevistadas.

Ao longo do dia, são feitas pausas destinadas à execução das atividades domésticas. Isso se deve ao fato de elas realizarem o trabalho produtivo em seu espaço domiciliar, local onde ambas as atividades, inevitavelmente, misturam-se, como relata a entrevistada M6: “Acordo 6h30, vou trabalhar, depois faço café, às vezes minha menina faz, aí eu espero ela chamar. Vou até meio-dia e dou uma cochilada. Volto às 13h30 ou 14h00 e fico até 22h30 ou 23h00 da noite”. Esse fato também corrobora os achados de Bezerra (2011), que relata a exaustiva jornada laboral das mulheres, chegando a mais de 15 horas diárias na confecção das peças e cuidado com a família.

Semelhantemente, as mulheres que optam pela terceirização de parte do processo junto às facções, como a costura, também possuem uma rotina carregada de atribuições, com atividades ligadas à compra de matéria-prima, corte das peças, pagamentos, embalagem,

organização e venda. E, mesmo terceirizando algumas etapas da confecção, a atividade econômica segue presente em seus lares. Deste modo seu tempo também é fracionado entre as tarefas domésticas e as relacionadas ao gerenciamento do negócio concomitantemente em um único local e sem uma separação, como menciona a entrevistada M3: “Cuido delas [filhas], das coisas da casa, aí as peças começam a chegar pra gente na quinta-feira. Aí a gente começa a aprontar. Na segunda já coloca na facção. Trabalho na quinta, sexta, sábado, domingo”; e M7: “Arrumo a casa, junto as coisas para comprar material e levar para a costureira e cortar, arrumar. Quinta e sexta aprontar as peças”.

Por um lado, observa-se que o trabalho em domicílio permite à mulher conciliar as atividades produtivas e reprodutivas. Esse cenário aparece na sociedade como a capacidade que a proprietária de negócio na confecção tem em se reinventar e manter suas atividades remuneradas e domésticas sem precisar renunciar a uma delas ou colocá-las em um processo de hierarquização, no qual o trabalho produtivo perde seu lugar na vida das mulheres, sendo importante ressaltar que este último é fundamental para a manutenção da identidade, empoderamento e emancipação da mulher.

Por outro lado, esse modo de (re)organização do trabalho focado no próprio domicílio provoca uma falsa impressão de flexibilidade para a mulher, a qual ocasiona uma acumulação de tarefas que colabora para a existência e intensificação da tripla jornada laboral, somada à precariedade do trabalho, consequência do emprego informal.

Essa sobrecarga de atribuições pode ser verificada na fala de M8: “Eu acordo, ajeito as coisas em casa, apronto o almoço e costuro. Quase todos os dias eu faço esse serão. É, quase todos os dias. No domingo eu também trabalho, sábado...”. Percebe-se a dupla jornada vivenciada pela entrevistada ao decorrer da semana e a falta de um momento de descanso, visto que quando termina suas atividades relacionadas ao negócio da confecção, concentra-se na atividade do lar e vice-versa. Assim, segundo Furno (2015), a mulher passa a ser duplamente explorada, à medida que acumula mais responsabilidade e afazeres.

A todo momento as mulheres estão trabalhando, existe apenas uma alternância das ocupações, ora estão focando a atividade produtiva, de onde conseguem sua renda, ora a reprodutiva, trabalho gratuito e desvalorizado, que tal como o primeiro também envolve tempo e esforço. Grande parte das entrevistadas informou apresentar dificuldades em conciliar as atividades produtivas com as reprodutivas, como declarado por M12: “Só em ser dona de casa, né? Porque é um desafio você ter que separar trabalho, casa, filho e marido. É complicado”. Nessa linha, Saffioti (1976) aponta, desde a década de 1970, que os dois papéis desempenhados pelas mulheres são complexos e influenciam as decisões

sobre sua satisfação profissional. Frequentemente, o trabalho reprodutivo na esfera privada acaba por ocupar um lugar mais elevado em prol da integração da família, dificultando seu engajamento no mercado e gerando uma hierarquia quando deveria haver igualdade.

Por fim, outro problema é a falta de lazer. [Carvalho \(2007\)](#) relata que as mulheres envolvidas no processo de costura na confecção não realizam atividades de lazer e culturais devido à falta de tempo e apresentam uma rotina voltada exclusivamente para o trabalho. Isso é ratificado nas falas de M4: “Sinto muito em informar, mas não tenho lazer quando termino, só tarefa doméstica”; e M20: “Lazer nenhum”. Os achados da pesquisa reforçam a questão da jornada laboral exaustiva relacionada ao acúmulo de trabalho na confecção e serviços do lar, que refletem na falta ou poucos momentos de lazer para essas mulheres.

As situações apresentadas acima geram desvantagens que podem acarretar o desgaste físico e emocional destas mulheres. Segundo [Andrade \(2016\)](#), isso ocorre pela pressão para darem conta de tudo ao seu redor, não dispondo de tempo para descanso e muito menos para o autocuidado. A autonomia gerada pelo trabalho por conta própria pode trazer consigo inseguranças, não só relacionadas às questões trabalhistas, mas também de acessão profissional, pois devido à falta de compartilhamento das atividades reprodutivas com o companheiro, precisam se dividir entre as tarefas profissionais e as domésticas, tendo que escolher, muitas vezes, qual destas receberá sua atenção e tempo, deixando seu próprio negócio em segundo plano ([Silva et al., 2016](#)).

A desigualdade de gênero nos espaços público e privado

Observa-se que é imposta pela sociedade à figura feminina toda responsabilidade pelo cuidado com a casa, a alimentação, os membros da família e a educação das crianças, o que torna mais difícil a realidade das mulheres que atuam no negócio da confecção no agreste pernambucano, conforme relatado por M10: “Ah, minha vida é uma loucura. Eu levo criança na escola, aí eu costuro em casa, aí tem que pegar ele na escola, fazer comida, entendeu? Só no dia de feira [venda dos produtos] que minha mãe me ajuda”. Tais responsabilidades foram atribuídas tanto sociocultural como historicamente e recaem sobre as mulheres, ainda hoje, demandando tempo e grande esforço físico. Embora, segundo [Zart \(2019\)](#), sejam consideradas indispensáveis para a reprodução social e econômica do capitalismo, seguem como atividades invisíveis para muitos.

Nesse sentido, quando algumas mulheres precisam levar o(a) filho(a) pequeno(a) para o trabalho, dispõem da ajuda de algum familiar, geralmente outra mulher, para tomar conta da criança no dia de venda no Calçadão Miguel

Arraes. As que possuem filhos(as) maiores informaram que abdicaram de trabalhar quando eles(as) eram mais novos(as), pois tinham que cuidar deles(as). Uma das entrevistadas mencionou: “A dificuldade maior é porque eu tenho meu filho. Aí eu tenho que deixar por conta dos outros, entendeu? Mas fora isso...” (M10). Para [Carlotto \(2002\)](#), as consequências em torno da maternidade ainda intervêm no acesso das mulheres ao mercado e às condições de emprego. São direcionadas pelas estruturas sociais a combinar as práticas domésticas e laborais podendo, muitas vezes, suas possibilidades de qualificação para o trabalho.

Em outra perspectiva, M9 destaca como conciliava a produção das peças em domicílio e cuidados com as crianças: “Eu trabalho e quando dá meio-dia, 13h00, os meninos chegam do colégio e de tarde trabalho. 18h00 eu vou caminhar até 19h00, aí eles vão fazer as tarefinhas, aí eu vou trabalhar mais até umas 22h00 e vou dormir”.

Nas falas também foi identificado que quando os afazeres domésticos não são executados pelas proprietárias, existe a presença de outras mulheres, como aponta M7: “Almoço minha mãe que faz”. Neste caso, destaca-se a sobrecarga de trabalho enfrentada, sendo necessário o compartilhamento das atividades reprodutivas com a mãe da entrevistada, como a preparação do almoço, para que dessa forma possa se dedicar ao máximo ao serviço da confecção. Por outro lado, as que não recebem apoio utilizam as pausas na função produtiva para realizar tarefas domésticas e cuidar dos(as) filhos(as).

Também existe a presença das filhas mais velhas no compartilhamento das atividades reprodutivas, como explica M22: “Tem, as minhas filhas, sempre que elas tão em casa, elas me dão uma força”. Os relatos apresentados corroboram a importância da rede de apoio, composta por suas mães ou filhas, para suporte das tarefas domésticas, permitindo que se dediquem às atividades ditas produtivas. Nesta linha, [Manente e Rodrigues \(2016\)](#) apontam que mulheres que não possuem rede de apoio, especialmente nos primeiros anos de vida das suas crianças, enfrentam ainda mais dificuldades para conciliar a vida profissional e familiar.

No entanto, tal envolvimento das filhas mais velhas, que se inicia como uma ajuda, transforma-se numa atividade coletiva, tornando-se algo mais complexo, envolvendo inclusive remuneração, situação comum nos lares das famílias que atuam na confecção na região e, conforme [Rios \(2019\)](#), pode demonstrar um outro cenário de exploração. Para [Bruschini e Ricoldi \(2009\)](#), a participação das filhas nas tarefas domésticas desde cedo demonstra as representações de gênero mais tradicionais, sendo o âmbito familiar uma área propensa à reprodução e desenvolvimento da desigualdade.

Verifica-se uma forte diferença no que se refere à sobrecarga de tarefas atribuídas às mulheres e aos homens

no agreste pernambucano, causada pela não participação ou participação mínima da figura masculina nas atividades domésticas. Soma-se a isso a pressão recebida por parte delas para dar conta de todas as suas tarefas diárias, conforme as falas de M1: “Tem homem que não faz nada. Meu marido, às vezes, faz o almoço”; e M22: “Eu acho que o homem tem responsabilidade, tem! Nem todos, mas tem! O homem tem responsabilidades, mas não como as da mulher. A mulher tem mais coisa, tem muita coisa pra fazer tudo junto e tem que tá tudo pronto e ninguém quer saber não.”

Existe um posicionamento de inércia por parte dos homens frente às atividades domésticas diárias necessárias para a manutenção do lar e que é, geralmente, suprida pelas mulheres, que terminam com várias atribuições ao mesmo tempo para preencher a ausência do compartilhamento de tarefas, conforme dito por M23: “Eu acho que se fosse homem e eu fizesse o que eu faço, eu não fazia não. Não aguentava não. Porque o homem não aguenta o rojão da mulher, a mulher tá fazendo o almoço, a janta, o café, aí, enquanto tá fazendo o almoço, ela tá na confecção. O homem não aguenta o rojão da mulher dona de casa, que trabalha fora, na confecção, qualquer área. Porque o homem tá trabalhando e quando chega em casa toma um banho e deita. A mulher trabalha fora, quando chega em casa vai fazer almoço, cuidar de criança, dar banho, almoçar, não é a mesma coisa.”

As cenas acima se repetem entre as mulheres, sejam elas dependentes, sejam independentes financeiramente, reflexo do coronelismo e modelo capitalista-patriarcal presente no nordeste brasileiro (Bezerra et al., 2020). O machismo, persistente na região, pauta o discurso sobre masculinidade e os papéis estabelecidos socialmente do que é ser homem e o que é ser mulher (Medeiros & Cabral, 2019). Os postulados patriarcais terminam por reafirmar a posição e a função masculina dominante (Medrado et al., 2019), atribuindo ao homem um poder que contribui para uma rígida divisão entre homens e mulheres nos espaços público e privado (Couto & Schraiber, 2013), refletindo em um cotidiano de desigualdades, no qual a mulher se submete ao poder masculino, e até mesmo à sua tirania (Medeiros & Cabral, 2019).

De modo geral, os homens acabam por se beneficiar com a atuação das mulheres nas atividades produtivas, pois a renda delas, em sua maioria, também é empregada na melhoria dos seus lares, local onde dividem a convivência com todos, além de eles poderem se dedicar totalmente à sua carreira.

Na forma de organizar suas atividades apresentada neste estudo, as mulheres saem uma única vez na semana para comercializar sua produção no Calçadão Miguel Arraes, centro de compras lócus desta pesquisa. Esse modo de trabalho colabora para que se ocupem com o processo

de fabricação das peças durante a maior parte da semana no próprio ambiente doméstico, tornando possível a eliminação do papel dos intermediários entre o processo produtivo e de comercialização dos produtos finais (Lira, 2008).

Ao atuarem no ambiente público, são enfrentados problemas não só referentes às desigualdades de gênero, como também dificuldades diversas relacionadas à infraestrutura, higiene, segurança e fiscalização, fatores que influenciam a qualidade de vida no trabalho.

Em relação à infraestrutura, as participantes da pesquisa reclamam da ligação elétrica, como falta de tomadas, que possui impactos na utilização de aparatos tecnológicos; e da falta de limpeza dos banheiros, sujeira nos corredores, por ausência de lixeiro ou manutenção do espaço, somando-se ao mau cheiro do canal de esgoto e outros fatores. “Só temos energia lá em cima [Moda Center Santa Cruz]. Aqui não pode colocar, por exemplo, uma tomada pra ligar um ventilador, pra carregar um celular tem que ser no portátil, aí descarrega. Então tudo isso, né? Falta de uma infraestrutura melhor. Os banheiros não são limpos, mas a gente vai pro Moda Center e é limpo. É diferente, acho! Mas é bom porque nós ganhamos esse espaço aqui. Antes trabalhávamos o quê? Na terra. É era na lona, bancos de madeira cobertos com lona. Então era uma dificuldade muito grande e agora não, melhorou muito. Mas só, como a gente paga condomínio, eu acho que poderia melhorar mais (M13).”

As entrevistadas também apontaram como empecilho a insegurança para deixar as mercadorias nos boxes e na locomoção de casa para o referido centro de compras, ficando propensas a assaltos durante o percurso. Essas mulheres precisam sair de madrugada de suas residências para chegar a tempo de organizar seus boxes e aguardar os clientes. “Eu moro distante, moro bem longe no interior, no sítio de Brejo de Madre de Deus. Aí tem a dificuldade, para vim é ruim, sair de casa de madrugada, aí é muito arriscado. Vem acontecendo muitas coisas, tem assalto, essas coisas. Tá assim sem segurança (M8)!”

A ocorrência de ambulantes que circulam vendendo dentro do centro de compras e a falta de fiscalização com relação a essa comercialização também são obstáculos identificados no local. Essas situações são consideradas desleais pelas mulheres, pois eles não pagam condomínio e isso se reflete nos preços de suas mercadorias, que se tornam mais atrativas para os clientes: “Muita concorrência porque o pessoal vende na mão. A gente paga o espaço da gente aqui pra vim vender e eles passam vendendo a mesma mercadoria. Chega de frente do banco da gente aqui mesmo, eu estou cansada. Cansada de ver gente chegar aqui com a mesma mercadoria, que já imitaram a minha (M18).”

Observa-se pelas entrevistas que algumas dessas mulheres não possuem a percepção de que as dificuldades

enfrentadas em seu trabalho também estão associadas às relações de gênero. E acabam por considerar ações e atitudes desiguais, presentes no ambiente de trabalho, como algo comum.

Por fim, nota-se que a costura deixa de ser uma atividade exclusivamente feminina e passa a ser um meio de sobrevivência da região com a inserção de homens na produção de confecção: “Trabalhamos eu, meu marido e meus filhos. Tudo família, só o povo de casa. Eu costuro, meu marido é quem empana e corta. Meus filhos fazem os aprontamentos: queima, dobra... (M19).”

Apesar das dificuldades mencionadas, as proprietárias de negócio reconhecem o valor de seu trabalho e os resultados positivos obtidos a partir deles, principalmente em relação à conquista da independência financeira e realizações pessoais (Melo, 2011).

Observou-se, ainda, que a maioria se sente satisfeita e realizada, gosta do que faz e não trocaria de profissão. Tendo em vista que as pessoas na região do agreste pernambucano já nascem recebendo fortes influências para atuar na confecção, uma entrevistada relatou que não saberia exercer outra função além de atividades ligadas a esse segmento: “Não, nunca pensei [em mudar de profissão] não. Eu também não sei fazer outra coisa, não sei se vai dar certo, eu já tô acostumada. Quando é tempo ruim a gente já sabe que vai ser ruim, quando é bom, já sabe que vai ser bom, todo negócio também tem tempo ruim (M9).”

Por fim, verifica-se que as tensões relativas às desigualdades de gênero vivenciadas pelas mulheres que atuam em negócio de confecção no agreste pernambucano aqui apresentadas têm suas especificidades locais, mas não diferem tanto da realidade global no que tange à divisão sexual do trabalho, ressaltando-se, assim, a necessidade urgente em manter a luta pela equidade de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa visou a analisar como as mulheres proprietárias de negócio de confecção no agreste pernambucano (re)organizaram seu trabalho produtivo e reprodutivo no espaço privado de suas casas considerando as relações de gênero.

Verificou-se que essas mulheres trabalham em suas casas na confecção de peças, locomovendo-se para o espaço público do centro de compras apenas uma vez na semana para comercialização dos produtos no dia da feira. Poucas são as que optaram por terceirizar parte do processo de fabricação das peças. As que fazem uso desse serviço não apresentam divisão do tempo destinado às atividades domésticas e ao trabalho com a confecção, assim como as que produzem as próprias peças.

Observou-se ainda que a rotina de trabalho das proprietárias de negócio é extensa e com o acúmulo das atividades produtiva e reprodutiva imbricadas no mesmo espaço, resultando em uma tripla jornada de trabalho, na qual as tarefas domésticas e cuidados com os(as) filhos(as) se justapõem às atividades relativas ao negócio. As mulheres dão conta do trabalho doméstico praticamente sozinhas, pois são raras as vezes em que seus cônjuges compartilham tais atividades, gerando exaustão, física e mental, e falta de momentos de lazer. Porém, é comum a colaboração de uma rede de apoio formada por outras mulheres, como mães e filhas, nessas tarefas. Quando não recebem ajuda, é comum que abdicuem de sua carreira enquanto os(as) filhos(as) são pequenos(as).

Ademais, verificou-se que mesmo enfrentando dificuldades e desigualdades na divisão sexual de trabalho, aspectos presentes no espaço público e privado, as proprietárias não demonstraram ter a percepção desse fato. Por outro lado, problemas não relacionados às questões de gênero são identificados e destacados por elas com maior facilidade, como no espaço público do centro de compras que apresenta condições precárias de trabalho devido à falta de infraestrutura, ausência de higiene, falta de fiscalização e insegurança referente ao trajeto de casa até o local de venda dos produtos.

Outro importante achado deste estudo é que a imbricação do trabalho produtivo e reprodutivo no espaço privado da residência destas mulheres, ou seja, a (re)organização de suas práticas, as ajuda a buscar sua emancipação a partir do trabalho com a confecção no ambiente privado do lar, diferente do evidenciado na literatura, na qual as mulheres conquistariam maior autonomia por meio da inserção no espaço público. Esse (re)arranjo no ambiente doméstico foi uma solução encontrada pelas mulheres da região para conciliar mais facilmente seus trabalhos remunerado e reprodutivo, evitando que elas tivessem que escolher um ou outro, ou colocá-los em posição hierárquica, dependendo da prioridade destes na vida da mulher, quando, na verdade, ambos possuem relevância.

Diante do trabalho remunerado é conquistada a autonomia financeira das entrevistadas, que contribui para que essas mulheres se sintam não só mais valorizadas e empoderadas, mas principalmente, mais fortes. Porém, esse modo de (re)organização do trabalho gera uma falsa impressão de flexibilidade, a qual ocasiona um acúmulo de atividades que colabora para a existência e intensificação da tripla jornada laboral, somada à precariedade do trabalho.

A pesquisa dá visibilidade à condição da mulher proprietária de negócios no agreste pernambucano das confecções, realidade que tem suas características locais, mas também apresenta pontos de convergência com

a situação das mulheres no âmbito global. Ao mesmo tempo, contribui para conscientização das pessoas acerca das condições precárias de trabalho e das diversas tarefas reprodutivas atribuídas à figura feminina, especialmente o cuidado com o lar, os(as) filhos(as) e demais familiares, que podem e deveriam ser compartilhadas entre as figuras masculinas ao seu redor, como marido e filhos.

Percebe-se que o modelo de negócio informal, típico da região, favorece a entrada das mulheres no mercado, embora traga consigo uma insegurança relacionada à ausência de direitos trabalhistas como férias, hora extra remunerada, licença-maternidade, auxílio-doenças, aposentadoria, etc. Uma minoria tem acesso a alguns desses direitos a partir da abertura do MEI, mas ainda se faz necessária a conscientização das antigas e novas gerações de trabalhadoras da confecção para seguridade social.

Por fim, observa-se que é no cotidiano que as proprietárias administram seus negócios, fazendo uso de rotinas próprias, adaptadas de acordo com suas necessidades gerenciais, criatividade e conhecimentos adquiridos na prática, enfrentando relações de poder em seu espaço de trabalho produtivo e reprodutivo, adaptando-se às dificuldades como a falta de segurança e de apoio financeiro e emocional. Nessa linha, o estudo apresenta contribuições gerenciais ao evidenciar a realidade local. Estimula que gestores(as), públicos(as) e privados(as), reflitam acerca das condições de trabalho digno, carga horária adequada, remuneração justa, dinâmica da formalização, garantia dos direitos trabalhistas, entre outras questões. Ressalta-

se a importância da criação de pacotes de benefícios organizacionais e políticas públicas que garantam o acesso da mulher ao trabalho remunerado, com iniciativas que envolvam acesso à assistência médica e a creches, por exemplo, possibilitando a melhoria da qualidade de vida e bem-estar das famílias.

Um dos meios para promover a mudança no cenário analisado pode partir do governo ao criar políticas públicas que abordem o tema da desigualdade de gênero. O uso de propaganda na televisão, rádio, redes sociais e compartilhamento de cartilhas educacionais também poderiam ser realizados, visando a romper com a ideia socialmente construída de que o homem não deve executar atividades associadas ao cuidado e intensificando o conhecimento sobre as políticas de igualdade de gênero existentes. É ressaltada também a importância de políticas públicas voltadas para questões de segurança tanto nas estradas quanto na feira de confecção, bem como a atuação ativa do Estado para proporcionar melhor qualidade de vida e condições de trabalho aos(as) negociantes, proporcionando assim o bem-estar social.

Quanto às pesquisas futuras, sugere-se aprofundar temas como emancipação da mulher a partir da dimensão trabalho, dinâmica da nova geração de mulheres da confecção, redes de apoio de mulheres e seu impacto no trabalho produtivo, políticas públicas de proteção às mulheres nesta região e violação e proteção dos direitos das mulheres no segmento estudado.

REFERÊNCIAS

- Abreu, A. R. P., & Sorj, B. (Orgs.) (1993). *O trabalho invisível: Estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio Fundo Editora.
- Araújo, A. M. C., Amorim, E. R. A., & Ferreira, V. C. (2004, setembro). *Os sentidos do trabalho da mulher no contexto da reestruturação produtiva*. 8º Painel questões femininas nas ciências sociais: em busca do tempo presente apresentado no Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, Portugal.
- Albuquerque, E. D. F., & Menezes, M. (2007). O valor material e simbólico da renda renascença. *Revista Estudos Feministas*, 15(2), 461-467. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200013>
- Andrade, T. (2016). *Mulheres no mercado de trabalho: onde nasce a desigualdade*. Estudo Técnico. Câmara dos Deputados. <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/29160>
- Bezerra, E. M. (2011). *O trabalho a domicílio das mulheres do cariri paraibano no polo de confecções do agreste de Pernambuco* [Dissertação]. Universidade Federal de Campina Grande. Paraíba, Campina Grande, PB, Brasil. <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2240>
- Bezerra, E. M. (2012, setembro). *E os agrestes se unem: Relação de trabalho e gênero no Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco e no Cariri paraibano*. 15º Encontro de ciências sociais do norte nordeste e pré-alias Brasil. Teresina, PI, Brasil.
- Bezerra, E., Corteletti, R. D. F., & Araújo, I. M. D. (2020). Relações de trabalho e desigualdades de gênero na indústria têxtil e de confecções do Nordeste. *Caderno CRH*, 33, e020030. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v33i0.38029>
- Brasil (2016). *Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016*. <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- Bruschini, M. C. A. (2007). Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de pesquisa* [online], 37(132), 537-572. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300003>
- Bruschini, M. C. A., & Ricoldi, A. M. (2009). Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. *Cadernos de Pesquisa*, 39(136), 93-123. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742009000100006>
- Butler, J. (1990). *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge Press.

- Calás, M. B., & Smircich, L. (2010). Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais. In S. R. Clegg, C. Hardy & W. R. Nord, (Orgs.), *Handbook de estudos organizacionais: Modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais*. (Vol. 1, pp. 275-329). Atlas.
- Carrieri, A. P., Perdigo, D. A. & Aguiar, A. R. C. (2014). A gestão ordinária dos pequenos negócios: outro olhar sobre a gestão em estudos organizacionais. *Revista de administração* (São Paulo), 49(4), 698-713. <https://doi.org/10.5700/rausp1178>
- Carloto, C. M. (2002). Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino. *Serviço social em revista*, 4(2), 7-12. https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v4n2_carloto.htm
- Carvalho, T. B. (2007). O trabalho domiciliar feminino como estratégia de sobrevivência e/ou imposição do capital? *PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho*, 8(2). <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1647>
- Cisne, M. (2005). *Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminista*. 4º Colóquio Marx e Engels. <https://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c6.PDF>
- Conjuntura Econômica. (2022, março 8). Educação é cada vez mais importante para recuperar a participação da mulher no mercado de trabalho [Blog Conjuntura Econômica]. <https://ibre.fgv.br/blog-da-conjuntura-economica/artigos/educacao-e-cada-vez-mais-importante-para-recuperar-participacao>
- Clandinin, D. J., & Connelly, F. M. (2004). *Narrative inquiry: Experience and story in qualitative research*. Jossey-Bass.
- Connelly, F. M. & Clandinin, D. J. (1995). Relatos de experiência e investigação narrativa. In J. Larrosa (Org), *Déjame que te cuente: Ensayos sobre narrativa y educación* (pp. 15-59). Editorial Laertes.
- Couto, M. T., & Schraiber, L. B. (2013). Machismo hoje no Brasil: uma análise de gênero das percepções dos homens e das mulheres. In G. Venture, & T. Gordinho (Orgs.), *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública* (pp. 47-61). Editora Fundação Perseu Abramo.
- Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2021). *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto* (5a ed.). Penso Editora.
- Czarniawska, B. (2000). *The uses of narrative in organization research* (GRI reports 2000:5) Gotemburgo, Suécia. <https://gupea.ub.gu.se/bitstream/handle/2077/2997/GRI-rapport-2000-5.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2010). *Diagnóstico do setor têxtil e de confecções de Caruaru e Região* (Relatório Técnico/2010), Recife, PE. <https://www.dieese.org.br/relatoriotecnico/2010/diagnosticoFinalCaruaru.pdf>
- Dornelas, J. C. A. (2008). *Empreendedorismo corporativo: Como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa*. Elsevier.
- Fauré, Y. A. (2007). A respeito de alguns desafios contemporâneos da informalidade econômica: Aproximando a África Ocidental e o Brasil. *Cadernos de Estudos Africanos*, (11/12), 117-151. <https://doi.org/10.4000/cea.969>
- Figueiredo, P. M., & Zanella, L. C. H. (2008). Percepções de mulheres profissionais em meio ao cenário da reestruturação produtiva: a persistência de uma emancipação limitada? *Revista de Ciências da Administração*, 10(20), 139-162. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273520283007>
- Furno, J. C. (2015). O trabalho das mulheres: entre a produção e a reprodução social. *8º Anais do Colóquio Internacional Marx e Engels*. Campinas, SP, Brasil.
- Global Entrepreneurship Monitor. (2020). *Empreendedorismo no Brasil: 2019*. Coordenação de Simara Maria de Souza Silveira Greco. Curitiba: IBQP.
- Gomes, A. F. (2004). O perfil empreendedor de mulheres que conduzem seu próprio negócio: um estudo na cidade de Vitória da Conquista-BA. *Revista Alcance*, 11(2) (Mai-Ago), 207-226. Recuperado de <https://periodicos.univali.br/index.php/ra/article/view/1805>
- Guiraldelli, R. (2012). Adeus à divisão sexual do trabalho? Desigualdade de gênero na cadeia produtiva da confecção. *Sociedade e Estado*, 27, 709-732. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000300014>
- Glaser, B. G., & Strauss, A. L. (2017). Theoretical sampling. In *Sociological methods* (pp. 105-114). Routledge.
- Hirata, H. (2002). Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu*, (17-18), 139-156. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332002000100006>
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595-609. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>
- Lipovetsky, G. (2000). *A terceira mulher: Permanência e revolução do feminino* (M. L. Machado, Trad.). Companhia das Letras.
- Lira, S. M. (2008). Os aglomerados de micro e pequenas indústrias de confecções do agreste/pe: um espaço construído na luta pela sobrevivência. *Revista de Geografia*, 23(1), 98-114. Recuperado de <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228657/23079>
- Lodi, O. (2006). A Mulher e as Relações de Trabalho. *Revista Ciências Sociais em Perspectiva*, 5(9), 149-160. <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/1427>
- Macedo, F. M. F., Boava, D. L. T., Cappelle, M. C. A., & Oliveira, M. D. L. S. (2012). Relações de gênero e subjetividade na mineração: Um estudo a partir da fenomenologia social. *Revista de Administração Contemporânea*, 16(2), 217-236. <https://doi.org/10.1590/S1415-6552012000200004>
- Manente, M. V., & Rodrigues, O. M. P. R. (2016). Maternidade e trabalho: Associação entre depressão pós-parto, apoio social e satisfação conjugal. *Pensando famílias*, 20(1), 99-111. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2016000100008&lng=pt&tln g=pt
- Martins, T. L. D., Sá, M. G., & Souza, D. C. (2020). As diferenças disposicionais na relação entre o público lojista e a Administração de um centro de compras no Agreste Pernambucano. *Revista Ciências Administrativas*, 26(2). <https://doi.org/10.5020/2318-0722.2020.26.2.10064>

- Medrado, B., Nascimento, M. & Lyra, J. (2019). Os feminismos e os homens no contexto brasileiro: provocações a partir do encontro 13º Fórum Internacional AWID. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(2), 603-608. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018242.01662017>
- Medeiros, L. F., & Cabral, A. L. (2019). Ser homem: Um estudo sobre as masculinidades no interior do Nordeste brasileiro. *CIAIQ2019*, 2, 559-568. <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/CIAIQ2019/article/view/2126>
- Melo, P. S. (2011). *As políticas públicas de emprego, trabalho e renda no polo de confecções do Agreste de Pernambuco: suas incidências em alguns grupos de mulheres* [Dissertação]. Universidade Federal de Campina Grande. Paraíba, Campina Grande, PB, Brasil. <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/4159>
- Milanês, R. (2020). O trabalho das mulheres costureiras na zona rural do Agreste pernambucano. *Revista IDEAS*, 14(1), 1-29. <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/273>
- Milhomem, A. V. (2003). Trabalho informal: Precarização do trabalho e exclusão social em Goiás e no Brasil. *Revista Anhanguera*, 4(1), 139-155. https://anhanguera.edu.br/wp-content/uploads/cap_07_2003.pdf
- Minayo, M. C. S. (Org.), Deslandes, S. F., & Gomes, R. (2011). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. Editora Vozes.
- Ministério da Economia. (2019). *Dia Internacional da Mulher: Mulheres ocupam 43,8% dos cargos de chefia no país*. <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2019/03/mulheres-ocupam-43-8-dos-cargos-de-chefia-no-pais>
- Nascimento, J. F., & Souza, D. C. (2020). Mulheres proprietárias de fabricos no Agreste Pernambucano de confecções: Uma abordagem acerca das configurações de gênero. *7º Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Neri, M. (2005). Negócios nânicos problemas e percepções. *Revista Conjuntura Econômica*, 59(9), 40-41. <https://periodicos.fgv.br/rce/article/view/28142/0>
- Organização das Nações Unidas. (2015). *Transformando o nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>
- Perrot, M. (2007). *Minhas História das Mulheres*. Editora Contexto.
- Prandi, J. R. (1978). *O Trabalho por Conta Própria Sob o Capital*. Edições Símbolos.
- Prefeitura de Caruaru, Prefeitura de Santa Cruz do Capibaribe., & Prefeitura de Toritama. (2015) *Cartilha. Diálogo Social: Mulheres Costurando Direitos*. Secretaria da Mulher de Pernambuco.
- Queiroz, L. S. (2016). *Moda center Santa Cruz – PE: Uma análise sobre a dinâmica do comércio de confecções e suas implicações socioespaciais entre os trabalhadores do calçadão* [Trabalho de conclusão de curso]. Universidade Estadual da Paraíba. Paraíba, Campina Grande, PB, Brasil. <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/12420>
- Reis, S. S., & Freitas, P. A. (2016). Inserção da mulher no mercado de trabalho e a ampliação da participação social no espaço público. *Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea*, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 16.
- Rios, A. V., Júnior (2019). O trabalho infantil no arranjo produtivo local de confecções de Toritama-PE. *Carta Social e do Trabalho*, (Campinas), (39-40), 92-108. https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2020/08/CST-39-40_100-anos-OIT-2019.pdf#page=96
- Saffioti, H. I. B. (1976). *A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade* (Vol. 4). Editora Vozes.
- Santos, E., & Nóbrega, L. (2004). Ensaio sobre o feminismo marxista socialista. *Mneme - Revista de Humanidades*, 5(11). <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/225>
- Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2013). Estudo econômico do arranjo produtivo local de confecções do agreste pernambucano (Relatório Final). Recife, Brasil. <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Estudo%20Economico%20do%20APL%20de%20Confeccoes%20do%20Agreste%20%20%2007%20de%20MAIO%202013%20%20docx.pdf>
- Scott, J. W. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, 20(2), 71-99. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf
- Scott, J. W. (2005). O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*, 13(1), 11-30. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000100002>
- Silva, M, S., Lasso, S. V., & Mainardes, E. W. (2016). Características do empreendedorismo feminino no Brasil. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, 13(2), 150-167. <https://doi.org/10.25112/rgd.v13i2.370>
- Souza, D. C., Martins, T. L. D., Paiva, R. D. S., & Sá, M. G. (2020). Caracterização do público lojista de um centro de compras no agreste das confecções: Tendências disposicionais e tensões administrativas. *Organizações & Sociedade*, 27(93), 182-198. <https://doi.org/10.1590/1984-9270931>
- Souza, D. C., Santos, F. J., Carvalho, D. A., Carvalho, N. A., & Silva, A. C. B. S. (2019). A condição da mulher proprietária de negócio de confecção no agreste pernambucano: dificuldades na divisão sexual do trabalho. *6º Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais*, Recife, PE, Brasil.
- Talavera, V. M. A. (2020). *A terceira jornada de trabalho da mulher na Contemporaneidade* [tese]. Universidade Católica do Salvador. Salvador, BH, Brasil. <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/1954>
- Vale, G. M. V., Serafim, A. C. F., & Teodósio, A. S. S. (2011). Gênero, imersão e empreendedorismo: Sexo frágil, laços fortes? *Revista de Administração Contemporânea*, 15(4), 631-649. <https://doi.org/10.1590/S1415-6552011000400005>
- Wissmann, A. D. M. (2021). Discursos e desconstrução sobre a figura do Microempreendedor Individual (MEI). *Revista Pretexto*, 22(4), 96-106. <http://201.48.93.203/index.php/pretexto/article/view/7989>
- Zart, P. E. (2019). *A dupla (ou múltipla) jornada de trabalho feminina e o princípio da igualdade: Reflexão sobre a submissão da mulher e a divisão desigual do trabalho doméstico* [trabalho de conclusão de curso]. Universidade do vale do Taquari, Lajeado, RS, Brasil. <https://www.univates.br/bduserver/api/core/bitstreams/d49e09b0-7092-4714-8ca3-9c3ad4d43082/content>

Autoria

Denise Clementino de Souza*

Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Gestão, Inovação e Consumo
Av. Marielle Franco, s/n, Nova Caruaru, CEP 55014-900, Caruaru, PE, Brasil

Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Hotelaria e Turismo
Av. Prof. Moraes Rego, n. 1235, Cidade Universitária, CEP 50670-901, Recife, PE, Brasil

E-mail: profadenisesouza@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-8292-5175>

Mariana Patrícia Lima

Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Gestão, Inovação e Consumo

Av. Marielle Franco, s/n, Nova Caruaru, CEP 55014-900, Caruaru, PE, Brasil

E-mail: marianapatricia2011@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-9026-9000>

Cristiane Ana da Silva Lima

Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Gestão, Inovação e Consumo

Av. Marielle Franco, s/n, Nova Caruaru, CEP 55014-900, Caruaru, PE, Brasil

E-mail: cristiane_fpj@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-9732-1641>

* Autora Correspondente

Verificação de Plágio

A RAC mantém a prática de submeter todos os documentos aprovados para publicação à verificação de plágio, mediante o emprego de ferramentas específicas, e.g.: iThenticate.

Direitos Autorais

As autoras detêm os direitos autorais relativos ao artigo e concederam à RAC o direito de primeira publicação, com a obra simultaneamente licenciada sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Financiamento

As autoras agradecem o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco pelo suporte financeiro para a realização deste trabalho.

Contribuições dos Autores

1ª autora: administração do projeto (liderança), análise formal (liderança), aquisição de financiamento (liderança), conceitualização (liderança), curadoria de dados (liderança), escrita – rascunho original (igual), escrita – revisão & edição (liderança), investigação (liderança), metodologia (igual), recursos (liderança), supervisão (liderança), validação (igual), visualização (igual).

2ª autora: análise formal (igual), conceitualização (suporte), curadoria de dados (igual), escrita – rascunho original (igual), escrita – revisão & edição (igual), investigação (igual), metodologia (igual), validação (igual), visualização (igual).

3ª autora: análise formal (suporte), escrita – rascunho original (igual), escrita – revisão & edição (suporte), metodologia (igual), validação (igual), visualização (igual).

Método de Revisão por Pares

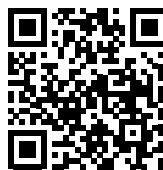
Este conteúdo foi avaliado utilizando o processo de revisão por pares duplo-cego (*double-blind peer-review*). A divulgação das informações dos pareceristas constantes na primeira página e do Relatório de Revisão por Pares (Peer Review Report) é feita somente após a conclusão do processo avaliativo, e com o consentimento voluntário dos respectivos pareceristas e autores.

Conflito de Interesses

As autoras informaram que não há conflito de interesses.

Disponibilidade dos Dados

As autoras afirmam que todos os dados utilizados na pesquisa foram disponibilizados publicamente, e podem ser acessados por meio da plataforma Harvard Dataverse:



Souza, Denise Clementino de; Lima, Mariana Patrícia; Lima, Cristiane Ana da Silva, 2023, "Replication Data for "Process of (Re) Organization of Productive and Reproductive Work of Women in Confection" published by RAC-Revista de Administração Contemporânea", Harvard Dataverse, V1.

<https://doi.org/10.7910/DVN/EOWGL8>

A RAC incentiva o compartilhamento de dados mas, por observância a ditames éticos, não demanda a divulgação de qualquer meio de identificação de sujeitos de pesquisa, preservando a privacidade dos sujeitos de pesquisa. A prática de *open data* é viabilizar a reprodutibilidade de resultados, e assegurar a irrestrita transparência dos resultados da pesquisa publicada, sem que seja demandada a identidade de sujeitos de pesquisa.